

Aprovo.

**O Diretor-Geral do
Ensino Superior**

Procedimento por Ajuste Direto – Regime Geral

08/AD/2025

CADERNO DE ENCARGOS

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS EXTERNOS DE SAÚDE, HIGIENE E SEGURANÇA
NO TRABALHO PARA A DIREÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR**

maio de 2025

Índice

PARTE I.....	3
CONTRATO.....	3
CLÁUSULA PRIMEIRA.....	3
Objeto e local.....	3
CLÁUSULA SEGUNDA.....	3
Forma e documentos contratuais	3
CLÁUSULA TERCEIRA.....	3
Duração do contrato.....	3
CLÁUSULA QUARTA	3
Preço Base	3
CLÁUSULA QUINTA	4
Preço contratual.....	4
CLÁUSULA SEXTA.....	4
Condições de pagamento.....	4
CLÁUSULA SÉTIMA.....	4
Patentes, licenças e marcas registadas	4
CLÁUSULA OITAVA.....	4
Termo de responsabilidade.....	4
CLÁUSULA NONA.....	4
Dever de Sigilo e Confidencialidade	4
CLÁUSULA DÉCIMA	5
Proteção dos Dados Pessoais.....	5
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA.....	7
Caso fortuito ou força maior	7
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA.....	7
Autorização para uso como referência	7
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA.....	7
Poderes de direção e fiscalização	7
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA	7
Sanções	7
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA	8
Resolução do contrato.....	8
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA	8
Subcontratação e cessão da posição contratual	8

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA.....	8
Cessação de atividade.....	8
PARTE II	8
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	8
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA.....	8
Especificações técnicas.....	8
CLÁUSULA DÉCIMA NONA.....	8
Aceitação do serviço.....	8
CLÁUSULA VIGÉSIMA	8
Seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho	8
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA.....	9
Norma de acesso às instalações.....	9
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA.....	9
Gestor do contrato	9
PARTE III	9
DISPOSIÇÕES FINAIS.....	9
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA.....	9
Comunicações e notificações.....	9
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA	9
Contagem dos prazos.....	9
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA	9
Resolução de litígios/foro competente	9
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA.....	10
Legislação aplicável.....	10
ANEXO I	11

PARTE I CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto e local

1. O presente procedimento tem por objeto a **aquisição de serviços externos de saúde, higiene e segurança no trabalho para a Direção-Geral do Ensino Superior**, sita na Avenida Duque d'Ávila, nº 137, 1069-016 Lisboa, entidade Adjudicante.
2. A prestação de serviços deverá ser efetuada nos termos previstos no presente Caderno de Encargos tendo em consideração o seguinte:
 - As instalações da entidade Adjudicante, referidas no nº 1 da presente Cláusula, ocupam uma área bruta de 2 899m² que corresponde a uma área útil de cerca de 2 318,84m², distribuídos entre um piso de garagem e arrecadações, 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º andares;
 - Número atual de trabalhadores da Entidade Adjudicante: 85;
 - Atividades: Administrativa, Informática, atendimento ao público, arquivo e expediente.
3. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos), adotada pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia, L 74, o fornecimento de serviços referidos no número anterior tem a classificação de CPV 71317200-5 - Serviços de saúde e segurança e 85147000-1 - Serviços de medicina do trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA

Forma e documentos contratuais

1. O contrato não será reduzido a escrito nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 95.º do Código dos Contratos Públicos (adiante designado por CCP).
2. O contrato a celebrar integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pela entidade convidada, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - c) O caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pela Entidade Adjudicatária.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem pela qual são indicados nesse número.

CLÁUSULA TERCEIRA

Duração do contrato

O contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento vigora desde a data de assinatura até ao dia 30 de novembro de 2025.

CLÁUSULA QUARTA

Preço Base

1. O preço base do procedimento é de **7 000€ (sete mil euros)**, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço máximo a pagar referido no número anterior resulta das prestações devidas pelos serviços efetivos que vierem a ser realizados.

CLÁUSULA QUINTA

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a entidade Adjudicante deve pagar à entidade Adjudicatária o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante.
3. O preço constante na proposta deverá ser indicado nos termos do disposto no artigo 60.º do CCP, e não pode, em caso algum, ser superior ao preço base indicado na cláusula anterior.

CLÁUSULA SEXTA

Condições de pagamento

1. O pagamento será efetuado pela Primeira Outorgante nos 30 dias subsequentes à entrega da fatura (pagamento num único ano económico) a que diz respeito a aquisição, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere, por transferência bancária para a conta bancária da Segunda Outorgante.
2. Em caso de discordância por parte da Primeira Outorgante, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve esta comunicar à Segunda Outorgante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. No caso de se verificarem atrasos nos pagamentos:
 - a) A Primeira Outorgante poderá incorrer no pagamento de juros de mora, sobre o montante em dívida, à taxa legalmente fixada para o efeito, pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);
 - b) A Segunda Outorgante tem o direito de resolver o contrato quando se verifique o incumprimento das obrigações pecuniárias pela Primeira Outorgante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros, nos termos e condições previstas na alínea c) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 332.º do CCP.
4. Só serão aceites faturas em formato eletrónico (EDI), emitidas pela Segunda Outorgante através do Portal da Fatura Eletrónica da Administração Pública, disponível em www.feap.gov.pt, ou de qualquer outro meio legalmente admissível.

CLÁUSULA SÉTIMA

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade da entidade Adjudicatária quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes registadas ou licenças, nos termos do artigo 447º, n.º 1, por remissão do artigo 451º do CCP.
2. Se a entidade Adjudicante vier a ser demandada por ter infringido, na execução do presente contrato ou na posterior utilização dos bens objeto do mesmo, qualquer dos direitos referidos no número anterior, terá direito de regresso contra a entidade Adjudicatária por quaisquer quantias pagas, seja a que título for, nos termos do artigo 447º, nº 2, por remissão do artigo 451º do CCP.

CLÁUSULA OITAVA

Termo de responsabilidade

A entidade Adjudicatária assume a responsabilidade contratual que lhe é atribuída no âmbito da presente aquisição.

CLÁUSULA NONA

Dever de Sigilo e Confidencialidade

1. A entidade Adjudicatária obriga-se a garantir o rigoroso sigilo relativamente a informações e documentação de que os seus técnicos e pessoal em geral venham a ter conhecimento decorrente de contactos com a entidade Adjudicante, estando-lhe vedada a prestação de quaisquer informações de carácter público ou privado sobre as mesmas, exceto no

caso de requeridas nos termos da legislação aplicável a entidades públicas judiciária ou financeira com competência para tal.

2. As partes só divulgarão as informações confidenciais ao pessoal diretamente envolvido no futuro contrato e assegurar-se-ão que esse pessoal tenha conhecimento e observe as obrigações decorrentes da confidencialidade das informações.

CLÁUSULA DÉCIMA ***Proteção dos Dados Pessoais***

1. O contrato, no que respeita ao tratamento de dados pessoais, tem a justificação legal da recolha de informação e o tratamento de dados pessoais necessários e fundamentais à prossecução da missão e atribuições da entidade Adjudicante previstas nas disposições conjugadas da alínea a) do artigo 2.º do Decreto Regulamentar n.º 20/2012, de 7 de fevereiro e do artigo 3.º da Portaria n.º 143/2012, de 16 de maio.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade Adjudicante e a entidade Adjudicatária estão sujeitas ao cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados), adiante designado RGPD, sendo a Adjudicante a responsável pelo tratamento de dados e a entidade Adjudicatária o subcontratante, na aceção do n.º 7) e 8) do artigo 4.º, do n.º 1 do artigo 24.º e do n.º 1 do artigo 28.º todos do RGPD.

3. A recolha de informação e o tratamento de dados tem por finalidade exclusivamente a prossecução da missão e atribuições legais da entidade Adjudicante, e fins de natureza administrativa, fins científicos e fins de arquivo histórico de interesse público, bem como fins estatísticos àqueles inerentes.

4. O tipo de dados, as categorias dos titulares dos dados, as operações de tratamento de dados pessoais bem como as condições de conservação e armazenamento e respetivo prazo de conservação, estão devidamente especificados conforme documentos junto ao processo.

5. Entre as partes contratantes, respetivamente enquanto responsável pelo tratamento de dados e subcontratante, são estabelecidos e reciprocamente aceites os seguintes direitos e obrigações:

- a) A entidade Adjudicatária acede à informação e procede ao tratamento dos dados pessoais necessários à prestação de serviços abrangida pelo contrato, exclusivamente para esse fim, na medida, por conta e de acordo com as instruções da Adjudicante e nos termos da legislação aplicável, assegurando antecipadamente o cumprimento das obrigações previstas no RGPD.
- b) A entidade Adjudicatária deve fornecer à entidade Adjudicante, se requerido, a documentação necessária para demonstrar o cumprimento de todas as suas obrigações e permitir que eventuais verificações, previstas no âmbito do RGPD, sejam realizadas pela Adjudicante ou por outra entidade credenciada ou por aquela mandatada para o efeito.
- c) A entidade Adjudicatária deve assegurar que as pessoas autorizadas a processar ou a aceder a dados pessoais, nos termos e para os efeitos das especificações técnicas descritas na parte II do contrato, têm os conhecimentos necessários e especializados para aplicar as medidas técnicas e organizativas, de modo que o tratamento que efetuem seja conforme com o RGPD e demais legislação aplicável.
- d) A entidade Adjudicatária obriga-se a manter os dados pessoais a que tenha acesso estritamente confidenciais, sendo responsável pela utilização dos dados pessoais e pelo cumprimento do dever de sigilo por parte dos respetivos trabalhadores, colaboradores, e entidades públicas ou privadas subcontratadas ou terceiros, quando for o caso.
- e) A entidade Adjudicatária obriga-se a tomar em consideração os princípios da proteção de dados desde a conceção (*Privacy by design*) e da proteção de dados por defeito (*Privacy by default*), no que diz respeito às ferramentas que adquire e utiliza, produtos, aplicações ou serviços prestados por subcontratados.

- f) A entidade Adjudicatária, no momento da recolha dos dados, para efeitos das operações necessárias a realizar que possam envolver dados pessoais sob responsabilidade de tratamento da entidade Adjudicante, deve informar os titulares dos dados ou os seus representantes legais.
- g) Para efeitos do número anterior, a entidade Adjudicatária deve manter os respetivos registos individualizados por titular de dados, por representante legal quando for o caso, por cada operação de tratamento, de acordo com as indicações expressas da Adjudicante.
- h) A entidade Adjudicatária no cumprimento do disposto na alínea e) do n.º 3 do artigo 28.º do RGPD deve auxiliar a Adjudicante no cumprimento da obrigação de responder aos pedidos de exercício de direitos dos titulares dos dados pessoais.
- i) Quando os titulares dos dados pessoais, para efeitos de exercício de direitos legalmente protegidos, solicitarem diretamente à entidade Adjudicatária, esclarecimentos sobre questões de privacidade dos sistemas de tratamento de dados pela Adjudicante, aquela deve enviar os pedidos, em caso de necessidade, para o seguinte endereço de correio eletrónico: protecaodedados@dges.gov.pt
- j) A entidade Adjudicatária através do responsável pelo tratamento de dados, deve notificar a entidade Adjudicante de qualquer violação de dados pessoais, que cause impacto nos direitos do titular dos dados, de acordo com os critérios que venham a ser definidos pela autoridade de controlo nacional, num prazo máximo de 24 horas após o conhecimento dos mesmos, e pelos seguintes meios:
 - Mensagem para o seguinte endereço de correio eletrónico: protecaodedados@dges.gov.pt.
 - A notificação deve ser acompanhada de toda a documentação relevante a fim de permitir à Adjudicante enquanto responsável pelo tratamento de dados, decidir sobre o cumprimento do disposto nos artigos 33.º ou 34.º do RGPD.
- k) A informação a disponibilizar pela entidade Adjudicatária à Adjudicante deve conter toda a informação requerida pela autoridade de controlo nacional (CNPd) para efeitos de notificação de violação de dados pessoais, conforme informação disponibilizada em:
https://www.cnpd.pt/bin/notifica_rgpd/data_breach.htm
- l) A entidade Adjudicatária apoia em caso de necessidade, a Adjudicante, responsável pelo tratamento de dados, na realização de avaliações de impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados, no âmbito do objeto e do tratamento de dados pessoais abrangidas pelo contrato, nos termos do RGPD.
- m) As avaliações de impacto referidas na alínea anterior atendem ao Regulamento n.º 1/2018, da CNPD relativo à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD) publicitado através do Regulamento n.º 798/2018, de 30 de novembro.
- n) A entidade Adjudicante e a entidade Adjudicatária comprometem-se a implementar as medidas de segurança, previstas nas orientações técnicas para a Administração Pública em matéria de arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a dados pessoais definidas pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março e outras medidas específicas que sejam necessárias implementar, nomeadamente as previstas no artigo 32.º do RGPD.
- o) A entidade Adjudicatária deve disponibilizar à entidade Adjudicante, sempre que necessário, a lista dos colaboradores com autorização de acesso aos sistemas e à informação pessoal dos titulares dos dados que se encontrem sob a responsabilidade da Adjudicante, devendo manter uma cópia das declarações de compromisso de confidencialidade ou de sigilo dos mesmos.
- p) A entidade Adjudicante, relativamente aos seus sistemas e plataformas informáticos, compromete-se a fornecer à entidade Adjudicatária as instruções específicas que se revelem necessárias ao tratamento de dados pessoais realizado pela Adjudicatária abrangidos pelo RGPD e demais legislação aplicável.
- q) Os direitos da entidade Adjudicante e da entidade Adjudicatária, atendendo à natureza do tratamento de dados pessoais objeto do contrato são os estabelecidos no RGPD e demais legislação aplicável.

- r) A entidade Adjudicatária colabora com o *Data Protection Officer* (Encarregado de Proteção de Dados) da Adjudicante, facultando todas as informações e esclarecimentos que este vier a solicitar no âmbito das suas funções.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

Caso fortuito ou força maior

1. Não podem ser impostas penalidades à entidade Adjudicatária, nem é havida como incumprimento a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso fortuito ou de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, nomeadamente situações derivadas de greves, guerra, revolução, distúrbios sociais, falta inesperada de mão de obra ou decisão do poder público que tornem a atividade inviável, terremotos, incêndios, inundações e outras calamidades.
2. Podem constituir, ainda, motivos de força maior, caso haja verificação dos requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
4. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao respetivo impedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

Autorização para uso como referência

É estritamente proibida a utilização de quaisquer referências relativas à entidade Adjudicante suscetíveis de lesar o seu bom-nome ou, por alguma forma, poderem ser consideradas falsas, incorretas, de acesso reservado ou confidenciais.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Poderes de direção e fiscalização

À entidade Adjudicante fica reservado o exercício do poder de direção e de fiscalização nos termos da lei, nomeadamente dos artigos 303º a 310º do CCP, com exceção do previsto no artigo 306º.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Sanções

1. O incumprimento das obrigações constantes do presente cadernos de encargos, confere à entidade adjudicante o direito a ser indemnizada através da aplicação de sanção pecuniária, nos termos do número seguinte, sendo o valor da sanção pecuniária a aplicar creditado a favor da entidade adjudicante ou deduzida ao preço a pagar pelo fornecimento.
2. Em caso de incumprimento do disposto na cláusula décima oitava do presente caderno de encargos deverá ser aplicada uma sanção pecuniária calculada da seguinte forma:

$$VS = 0,01 * V * t$$

Sendo:

VS = Valor da sanção em euros;

V = valor contratual;

t = Número de dias de incumprimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

Resolução do contrato

1. Para além do exercício por parte da entidade Adjudicante do direito à resolução do contrato nas situações previstas na lei, esta pode ainda exercer o direito de resolução, sem prejuízo das sanções previstas no presente Caderno de Encargos, no caso de incumprimento das obrigações do prestador de serviços previstas na cláusula décima oitava.
2. A resolução do contrato não prejudica o direito à indemnização que caiba à entidade Adjudicante nos termos gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos dos artigos 316.º a 324.º do CCP.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Cessação de atividade

Caso a entidade Adjudicatária cesse a sua atividade nas áreas abrangidas pelo contrato, este cessará a sua eficácia, sendo a entidade Adjudicante reembolsada das importâncias pagas adiantadamente em relação ao período não decorrido.

PARTE II

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Especificações técnicas

Os serviços a prestar pela entidade Adjudicatária, a sua periodicidade de execução e os resultados a obter deverão satisfazer as especificações técnicas constantes do Anexo I do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Aceitação do serviço

1. Os serviços que não sejam prestados de acordo com o presente Caderno de Encargos podem ser rejeitados pela entidade Adjudicante.
2. Os serviços rejeitados serão considerados, para todos os efeitos, como não prestados.
3. Essas rejeições serão notificadas à entidade Adjudicatária, obrigando-se este a repor, de imediato, o cumprimento das condições contratadas.
4. Para efeito de controlo da prestação dos serviços, a entidade Adjudicante poderá reunir regularmente com a entidade Adjudicatária.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

Seguro de responsabilidade civil e de acidentes de trabalho

1. Todo e qualquer empregado ou colaborador da entidade Adjudicatária que preste serviços nas instalações da entidade Adjudicante mantém-se sob a responsabilidade integral da Adjudicatária, que manterá válidas as apólices de seguro de acidentes pessoais ou doenças profissionais adequadas e suficientes para cobrir essa responsabilidade.
2. A entidade Adjudicatária assume inteira responsabilidade por todos os danos causados à entidade Adjudicante ou a terceiros, diretamente imputáveis ao seu pessoal durante e em consequência dos serviços prestados.
3. A entidade Adjudicatária obriga-se a comunicar à entidade Adjudicante os prejuízos sofridos, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a contar do momento em que foi verificado o prejuízo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

Norma de acesso às instalações

1. Para identificação e admissão dos trabalhadores nas instalações pela entidade adjudicante, o adjudicatário deve remeter, antes do início da execução do contrato, a lista de trabalhadores e eventuais fornecedores, com os seguintes dados pessoais: nome, número de identificação civil, empresa e matrícula do carro, se aplicável.
2. As entradas e saídas dos trabalhadores são registadas para efeitos de controlo de acessos e para garantir o controlo do cumprimento dos horários estabelecidos para segurança das instalações.
3. Os dados solicitados pela entidade adjudicante serão tratados nos termos da Política de Privacidade da entidade adjudicante, disponível no site <https://www.dges.gov.pt/pt>.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA

Gestor do contrato

1. A entidade Adjudicante pode solicitar, a todo o momento, informações sobre a execução do contrato.
2. Consideram-se indicadores de acompanhamento da execução do contrato, a concretização de todos os serviços respeitantes ao mesmo.
3. O acompanhamento da execução do presente contrato é realizado pelo gestor do contrato, sendo o gestor do contrato, em nome da entidade Adjudicante a Chefe de Divisão de Apoio Técnico e Administrativo, Dra. Raquel Oliveira.

PARTE III

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato, através de:
 - a) Correio eletrónico com aviso de entrega;
 - b) Por carta registada com aviso de receção.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471.º do CCP.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA

Resolução de litígios/foro competente

1. Para a resolução de todas as questões emergentes do contrato relacionadas com a sua interpretação e execução rege-se nos termos da legislação aplicável, sendo competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, salvo nos casos previstos no artigo 332.º do CCP em que o direito de resolução do contrato poderá ser exercido mediante recurso à arbitragem.
2. Nos termos da Portaria n.º 219/2014, de 21 de outubro, a entidade adjudicante encontra-se vinculada à jurisdição do Centro de Arbitragem Administrativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA

Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplica-se o regime estabelecido no CCP e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Especificações técnicas

A Direção-Geral do Ensino Superior (adiante designada por DGES) é Serviço da Administração Central do Estado que funciona num único edifício, sito na Avenida Duque d'Ávila, nº 137, em Lisboa.

A DGES ocupa uma área bruta de 2 899m² que corresponde a uma área útil de cerca de 2 318,84m² no suprarreferido edifício, distribuída por 8 pisos (R/Ch, 1º, 2º, 3º, 4º, 6º, 7º e 8º) e uma garagem com arrecadações.

Exercem, atualmente, funções na DGES 85 trabalhadores, em atividades administrativas, de atendimento ao público, informática, arquivo e expediente, em regime híbrido de trabalho - presencial e teletrabalho.

O número de trabalhadores pode variar ao longo do período de execução do contrato, no máximo em 8 trabalhadores, devendo o Adjudicatário garantir a realização da verificação de todos os postos de trabalho que estiverem ocupados à data da sua realização, não havendo lugar a revisão do preço contratual.

Com o presente procedimento visa-se assegurar aos trabalhadores da DGES as condições de segurança, de saúde e higiene no trabalho em todos os aspetos previstos no quadro legal atualmente em vigor (cfr. artigo 15º da Lei nº 102/2009 de 10 de setembro, por remissão do artigo 4º da Lei nº 35/2014 de 20 de junho).

I – Descrição dos serviços a adquirir:

No âmbito da presente aquisição de serviços devem ser prestadas as seguintes atividades e ações nos postos de trabalho ou nas instalações da Direção-Geral do Ensino Superior:

1 - Realização de verificação de Higiene e Segurança no Trabalho (HST) aos postos de trabalho nas instalações da DGES e elaboração de um relatório.

Pretende-se, neste âmbito, que exista a visita dos técnicos superiores de HST aos postos de trabalho e instalações do edifício, a verificação dos postos de trabalho atento o legalmente estabelecido em legislação avulsa, o registo de troca de impressões com os trabalhadores para eventuais dúvidas dos mesmos, a transmissão das condições corretas relativas ao posto de trabalho e à postura do trabalhador.

A referida verificação deverá ser efetuada uma vez durante o primeiro trimestre de execução do contrato.

2 - Identificação de Perigos e Avaliação de Riscos (IPAR), separadamente, em função dos espaços, e entrega de respetivo documento identificativo.

Pretende-se neste âmbito que, com base na verificação dos postos de trabalho e instalações, seja identificado o método a utilizar, identificada de forma clara os perigos e riscos de HST, avaliando a frequência/gravidade dos riscos e associadas as medidas preventivas adequadas.

A referida atividade deverá ser efetuada uma vez durante o primeiro trimestre de execução do contrato.

3 - Verificação de segurança dos produtos químicos utilizados e armazenados com entrega de relatório.

Pretende-se que aquando da verificação dos postos de trabalho, e a incluir no relatório da verificação HST dos postos de trabalho, sejam verificados eventuais produtos armazenados (rotulagem, acondicionamento, fichas de dados de segurança) e eventuais oportunidades de melhoria, não conformidade e respetivas medidas corretivas.

A referida verificação deverá ser efetuada uma vez durante o primeiro trimestre de execução do contrato.

4 - Elaboração de consulta eletrónica aos trabalhadores e disponibilização de respetivo relatório, considerando a avaliação de riscos e as sensibilizações efetuadas.

A consulta deve ter em conta os assuntos sobre os quais os trabalhadores devem ser consultados e deve ser efetuada eletronicamente.

A referida verificação deverá ser efetuada uma vez durante o período de execução do contrato.

5 - Verificação de extintores, de quadros elétricos de centrais de incêndio, de intrusão, de gás e monóxido de carbono. Pretende-se que se proceda a uma verificação dos equipamentos e ao envio do registo completo, via e-mail.

A DGES dispõe em todo o edifício de 36 extintores, de uma central de incêndio e de uma central de intrusão no R/Ch, de 13 quadros elétricos e de um sistema de deteção e extinção de gases e monóxido de carbono na Cave.

A referida verificação deverá ser efetuada uma vez durante o período de execução do contrato.

6 - Verificação das condições materiais de trabalho, pelo médico do trabalho, nos postos de trabalho e nas instalações da DGES com elaboração e envio do respetivo relatório com identificação de oportunidades de melhoria, não conformidades e respetivas ações corretivas, o que implicará uma visita às instalações, postos de trabalho e troca de impressões com os trabalhadores.

A referida verificação deverá ser efetuada uma vez durante o primeiro trimestre de execução do contrato.

7 - Análise do médico do trabalho aos riscos com impacto na saúde para Identificação de Perigos e Apreciação de Riscos (IPAR).

Após a verificação das condições materiais, o médico deve analisar os riscos com impacto na saúde, partindo dos riscos identificados pelos serviços externos de HST, no edifício. Deve elencar esses riscos, verificar a frequência e gravidade e ou transmitir a sua concordância ou alguma alteração que entenda adequada em relação aos riscos ou medidas elencadas. Deverá, também, sempre que se justifique, acrescentar riscos, avaliar a frequência/gravidade e propor medidas preventivas.

A referida verificação deverá ser efetuada uma vez durante o segundo trimestre de execução do contrato.

8 - Análise do ritmo de trabalho pelo médico de trabalho nos termos legais, devendo ser entregue um documento autónomo com a análise efetuada e fundamentada tendo em conta os espaços contemplados e as atividades desenvolvidas.

A referida análise deverá ser efetuada uma vez durante o primeiro trimestre de execução do contrato.

9 - Consultas periódicas, de admissão e ocasionais, que deverão cumprir o estabelecido em termos de tempo padrão da consulta e de anamnese (referir o que está incluído, por exemplo, medição da tensão arterial, auscultação pulmonar, verificação do peso, verificação do boletim de vacinas), com entrega de ficha de aptidão.

As consultas terão a periodicidade anual, no máximo 93.

10 - Realização de exame complementar de diagnóstico: Eletrocardiograma. O que implicará a realização de exame e disponibilização do resultado para o trabalhador.

O exames terão a periodicidade anual, no máximo 93.

11 - Realização de exame complementar de diagnóstico: Rastreio visual com equipamento optométrico e disponibilização do resultado para o trabalhador.

Os exames terão a periodicidade anual, no máximo 93.

12 - Contributo do médico do trabalho para a investigação de acidentes de trabalho, sempre que ocorram, o que implicará a análise das participações de ocorrência com qualificação de acidente de trabalho pelo médico, identificar as causas do acidente e propor medidas corretivas ou preventivas.

Este serviço deverá ser prestado sempre que necessário, num máximo de 5 ocorrências.

13 - Sensibilização sobre matérias relacionadas com a saúde dos trabalhadores, devendo ser escolhidos temas relacionados com prevenção de riscos de saúde associadas às atividades desempenhadas na DGES e às características dos trabalhadores.

Deverão ser realizadas duas, uma no primeiro trimestre e outra no segundo trimestre de execução do contrato .

Pretende-se também no âmbito da presente aquisição de serviços:

I – A elaboração e envio de relatório de investigação de acidentes de trabalho, sempre que necessário, de onde conste

a análise da participação de acidente e envio do relatório de identificação das causas e proposta de ações de melhoria, se aplicáveis.

2 - Elaboração e envio de um relatório de análise anual estatística dos acidentes de trabalho que inclua apreciação dos resultados da sinistralidade laboral e recomendações, que integre a análise de todos os relatórios de investigação de acidentes de trabalho do ano e apresentação estatística de resultados.

II – Especificações Complementares:

1. A Concorrente deve possuir todas as autorizações, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações a assumir no contrato a celebrar.
2. A Concorrente deve estar autorizada pela Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) para exercer a atividade de serviços externos de HST, e os técnicos superiores de HST devem ter a qualificação atualizada, de nível 6 ou superior.
3. A prestação do serviço de serviços externos de HST deve contemplar o número necessário de técnicos superiores de HST para a realização das atividades previstas e respetivas entregas, dentro dos prazos previstos no cronograma.
4. A faturação é trimestral, devendo a última fatura ser apresentada até ao dia 10 de dezembro de 2025.
5. O prestador do serviço deve enviar, por correio eletrónico, para contratacao publica@dges.gov.pt, os relatórios acima referidos e outros contributos solicitados.
Os relatórios devem ser redigidos de forma clara, concisa e fundamentada legalmente, sem imprecisões ou outros erros e a sua correção não pode ser descontada no tempo destinado a outras atividades.
6. A proposta a apresentar pela Concorrente deve discriminar os custos financeiros por atividade, com o número de técnicos necessários para o cumprimento integral das atividades descritas.
A cada ação a desenvolver deve corresponder um valor que é pago de acordo com a execução.

III - Requisitos legais de ambiente, segurança e saúde no trabalho e responsabilidade social

- Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e alterações posteriores – Lei geral do trabalho em funções públicas;
- Lei 102/2009 de 10 de setembro e alterações posteriores - Estabelece os princípios, obrigações e atividade dos serviços externos de segurança e higiene no trabalho, a prestar à entidade empregadora pública;
- Lei n.º 42/2012 de 28 de agosto - Regime de acesso e de exercício às profissões de técnico superior de segurança no trabalho;
- Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de dezembro e alterações posteriores - Acidentes em serviço e das doenças profissionais no âmbito da Administração Pública;
- Portaria n.º 1131/93 de 4 de novembro e alterações posteriores, Portaria n.º 988/93 de 6 de outubro, alterado pelo pela Portaria n.º 208/2021 de 15 de outubro, Decreto-Lei n.º 118/2019 de 21 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro;
- Regulamento (UE) 2016/425 de 9 de março de 2016– Equipamentos de proteção individual (EPI);
- Decreto-Lei n.º 349/93 de 1 de outubro e Portaria n.º 989/93 de 6 de outubro - Prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor;
- Decreto-Lei n.º 29/2022 de 7 de abril e Portaria n.º 211/2022 de 23 de agosto - Controlo metrológico de instrumentos de medição;
- Decreto-Lei n.º 330/93 de 25 de setembro - Prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas;
- Decreto-Lei n.º 220/2008 de 12 de novembro e alterações posteriores e Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro e alterações posteriores - Segurança contra incêndios em edifícios;

- Portaria n.º 1456-A/95 de 11 de dezembro, alterada pela Portaria n.º 178/2015, de 15 de junho - Prescrições mínima de colocação e utilização de sinalização de segurança e de saúde no trabalho;
- Lei n.º 25/2010 de 14 de agosto - Prescrições mínimas para proteção dos trabalhadores contra os riscos para a saúde e a segurança devidos à exposição, durante o trabalho, a radiações óticas de fontes artificiais;
- Lei n.º 37/2007 de 14 de agosto e alterações posteriores - Proteção dos cidadãos da exposição involuntária ao fumo do tabaco;
- Portaria n.º 390/2002 de 11 de abril - Aprova o regulamento relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de consumo, disponibilização e venda de bebidas alcoólicas nos locais de trabalho da administração pública central e local;
- Decreto-Lei n.º 24/2012 de 6 de fevereiro e alterações posteriores - Proteção dos trabalhadores contra os riscos de exposição a agentes químicos;
- Decreto-Lei n.º 108/2018 de 3 de dezembro e alterações posteriores - Estabelece o regime jurídico da proteção radiológica;
- Portaria n.º 987/93 de 6 de outubro - Prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho;
- Lei n.º 64/2017 de 7 de agosto - Estabelece as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde a que estão ou possam vir a estar sujeitos devido à exposição a campos eletromagnéticos durante o trabalho;
- Decreto-Lei n.º 243/86 de 20 de agosto - Regulamento geral de higiene e segurança no trabalho nos estabelecimentos comerciais, de escritório e serviços;
- Decreto-lei n.º 301/2000 de 18 de novembro e alterações posteriores – Proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho;
- Decreto-Lei n.º 9/2007 de 17 de janeiro e alterações posteriores - Regulamento Geral do Ruído;
- Decreto-Lei n.º 182/2006 de 6 de setembro - Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído;
- Decreto-lei n.º 84/97 de 16 de abril e alterações posteriores – Proteção dos trabalhadores contra riscos resultantes de exposição a agentes biológicos durante o trabalho;
- Decreto-Lei n.º 46/2006 de 24 de fevereiro - Prescrições mínimas de proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (vibrações);
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021 de 31 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025;
- Lei n.º 52/2018 de 20 de agosto e alterações posteriores - Estabelece o regime de prevenção e controlo da doença dos legionários;
- Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro e alterações posteriores – Estabelece os requisitos aplicáveis a edifícios para a melhoria do seu desempenho energético e regula o Sistema de Certificação Energética de Edifícios;
- Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro - Prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;
- Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto e alterações posteriores – Regime de acessibilidade aos edifícios;
- Decreto-Lei n.º 293/2009 de 13 de outubro e Regulamento (CE) n.º 1907/2006 de 18 de dezembro e alterações posteriores e Regulamento (CE) n.º 453/2010 de 20 de maio - Classificação, embalagem e rotulagem de preparações perigosas e registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos;
- Regulamento (CE) n.º 1272/2008 de 16 de dezembro de 2008 e alterações posteriores, Decreto-Lei n.º 98/2010 de 11 de agosto e alterações posteriores– Os produtos a utilizar devem estar conformes com a classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura;
- Decreto-Lei n.º 41/2018 de 11 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 1/2021 de 6 de janeiro – Transpõe diversas diretivas de adaptação ao progresso técnico em matéria de

combate a pragas e a doenças pecuárias, organismos prejudiciais aos vegetais e exame de plantas, transporte de mercadorias perigosas, proteção de trabalhadores expostos a agentes químicos, segurança na produção de explosivos e utilização de cádmio em LED;

- Regulamento (UE) n.º 528/2012 de 22 de maio e alterações posteriores e Decreto-Lei n.º 140/2017 de 10 de novembro e alterações posteriores – Produtos biocidas;
 - Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2019 de 13 de fevereiro - Plano de Ação para a Segurança e Saúde no Trabalho na Administração Pública 2020;
 - IEC 61439-1 – Quadros elétricos;
 - NP 4413 – Segurança contra incêndios;
 - NP EN 671 – Bocas de incêndio;
 - EN ISO 9241-5 - Requisitos ergonómicos para o trabalho de escritório com terminais de visualização. Organização do posto de trabalho e postura;
 - EN ISO 9241-4: Requisitos ergonómicos para o trabalho de escritório com terminais de visualização. Requisitos de teclado;
 - EN ISO 9241-9: Requisitos ergonómicos para o trabalho de escritório com terminais de visualização. Requisitos relativos a dispositivos de entrada que não teclados;
 - Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro e alterações posteriores, Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro e alterações posteriores
- A empresa deve respeitar a legislação laboral aplicável à empresa e aos seus trabalhadores.